



Part 1

INFORMAÇÃO 24_2021

ASSUNTO: relatório e contas de 2020

Em anexo remetemos com proposta de aprovação o relatório e contas referente ao ano de 2021.

Eco Parque do Relvão, 15 de março de 2021.

O Assessor da Administração

Joel Marques

aprovado por unanimidade em reunião do C.A.
realizada a 19/03/21, remeter p/ deliberações
da A.6
19/03/21

aprovado por unanimidade
em reunião da A.6 realizada
a 29/03/21, remeter p/ publicações
30/03/21



Relatório e Contas de 2020



Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único



Relatório de Gestão

1

1 - Introdução

Exmos. Acionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a administração da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A, com sede social em Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2020.

O referido documento contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado a 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º158/2009 e conforme os modelos de demonstrações financeiras constantes na Portaria nº220/2015, de 24 de julho.

2 - Enquadramento Económico

A atividade económica em 2020 foi profundamente afetada pela pandemia Covid-19, em que as medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB.

As perdas económicas foram diferenciadas entre países e setores de atividade, nos quais a resposta de política – monetária, orçamental e prudencial – não tem precedente em magnitude, celeridade e coordenação e foi decisiva na mitigação dos danos da crise. Sendo de destacar, como setores mais afetados o alojamento e restauração, transporte de passageiros e todas as diferentes atividades ligadas ao turismo.

Uma nota para a dívida pública, a qual atingiu em dezembro de 2020 a quantia da 270.408 milhões euros, correspondendo, de acordo com o Banco de Portugal, a um máximo histórico, decorrente aumento dos títulos de dívida, dos empréstimos e das responsabilidades em depósitos.

A retoma para o nível pré-pandemia deverá ser atingida no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Principais indicadores económicos (%)

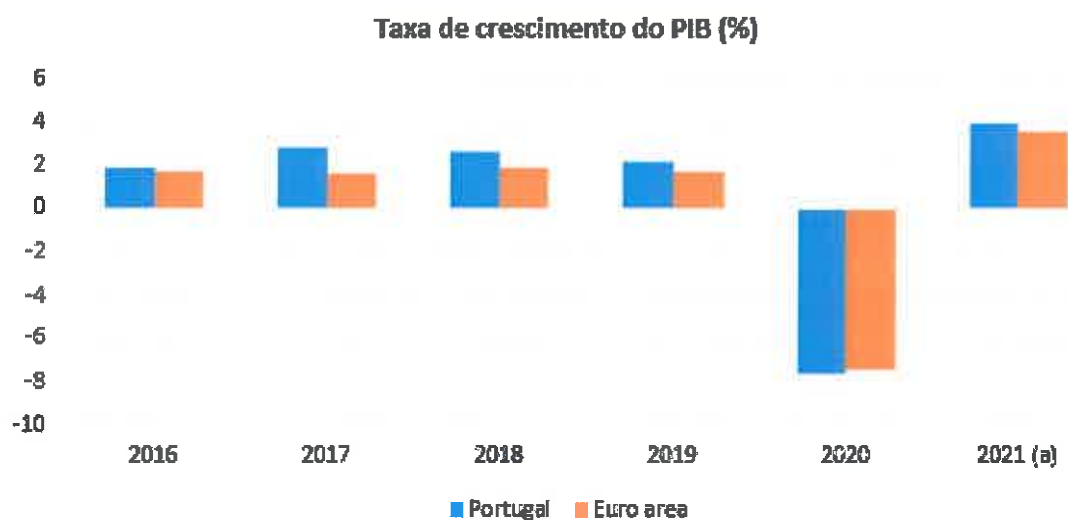
	2016	2017	2018	2019	2020	2021 ^(a)
Produto interno bruto (PIB)	1,9	2,8	2,6	2,2	-7,6	3,9
Consumo privado	2,4	2,3	2,9	2,4	-6,8	3,9
Consumo público	0,8	0,2	0,7	0,7	0,4	4,9
Défice (% do PIB)	-2,1	-2,9	-0,5	-0,1	-7,3	-4,3
Taxa de desemprego	11,1	8,9	7,0	6,5	7,2	8,8
Taxa de inflação (IHPC)	0,6	1,6	1,4	0,3	0,0	0,3

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2020)

Apesar desta crise, o impacto no emprego será mais moderado devido às medidas de apoio. A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 7,2%, o que se traduz em cerca de 450 mil pessoas desempregadas.

Entre os estados-membros, no decorrer do ano 2020, Portugal situou-se ligeiramente acima da taxa de desemprego na zona euro, sendo que as mais altas continuam a ser a de Espanha (15,7%) e da Grécia (16,8%), enquanto a República Checa (2,68%) apresenta a taxa mais baixa. Na zona Euro, a taxa de desemprego subiu para 8,1% enquanto na União Europeia subiu para 7,2%.

Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 7,6% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



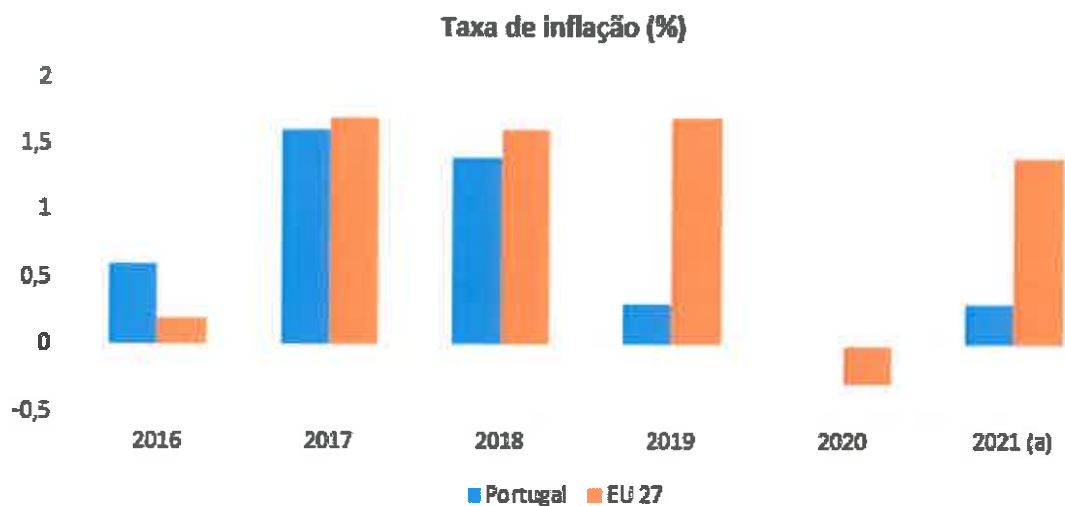
Comparando com os países da UE, Portugal regista a 5ª maior contração do PIB. Em Espanha, de acordo com as previsões da OCDE, o PIB registou uma taxa de 11,6% negativos no ano de 2020, tendo previsto uma taxa de 5% positivos para 2021.

Saliente-se que Portugal terá de enfrentar a saída, consumada no final de 2020, do Reino Unido, via “Brexit”, que também terá um impacto profundo na União Europeia, principalmente em 2021. A economia portuguesa poderá sofrer impactos negativos no crescimento, nas exportações e mesmo nos custos de financiamento. O Reino Unido é o quarto maior mercado das exportações portuguesas, pelo que as exportações para o Reino Unido poderão descer 15%, no cenário mais otimista.

Contudo, com o “Brexit” o Reino Unido terá mais dificuldades em importar e exportar de e para outros países da União Europeia e, neste cenário, Portugal pode substituir outros países no relacionamento com o mercado Reino Unido no “pós-Brexit”.

O BCE decidiu manter as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento manteve-se em 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

A inflação, segundo o INE, apresenta uma variação nula em 2020, com previsões de 0,3% em 2021, 0,9% em 2022 e 1,1% em 2023. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Banco de Portugal e Comissão Europeia

Notas: (a) Previsões

As perspetivas económicas permanecem rodeadas de elevada incerteza, estando muito dependentes da evolução da doença e da rapidez da vacinação em larga escala. Embora se projete uma retoma da atividade económica em 2021, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores.

O aumento do endividamento dos setores público e privado e do risco de crédito coloca desafios importantes à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia portuguesa, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

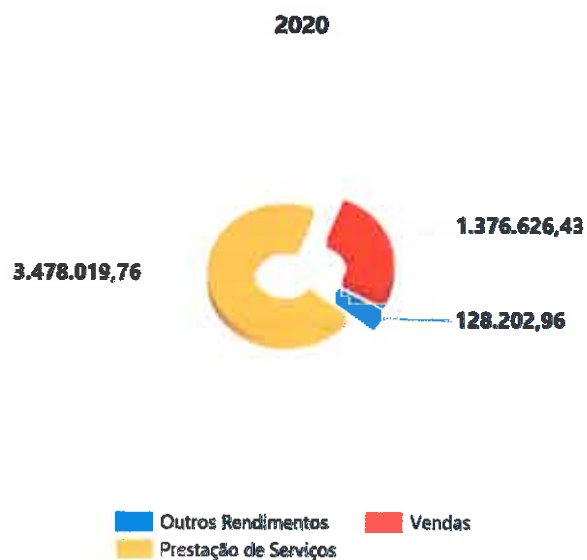
3 – Estrutura Acionista

Acionistas	Total de ações nominativas subscritas	Valor nominal unitário das ações (euros)	Valor da participação (euros)	% de participação
Município da Chamusca	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município da Golegã	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Alcanena	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Constância	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Ferreira do Zêzere	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Santarém	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Tomar	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Torres Novas	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Vila Nova da Barquinha	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município do Entroncamento	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Totais	10.000	5,00	50.000,00	100,00%

4 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

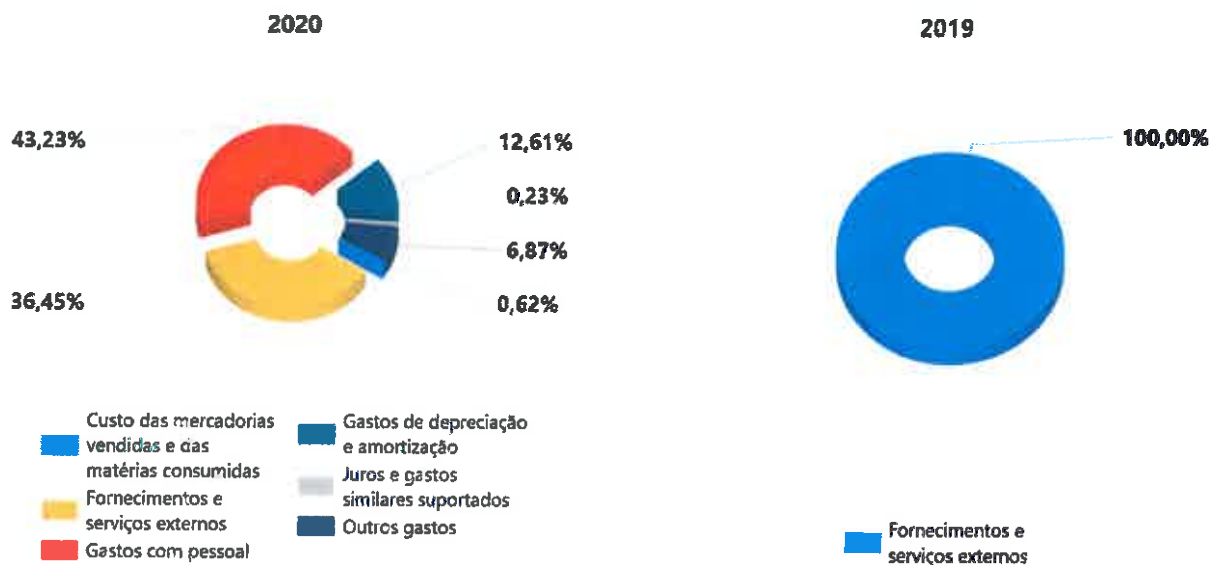
No período de 2020 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela empresa.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:

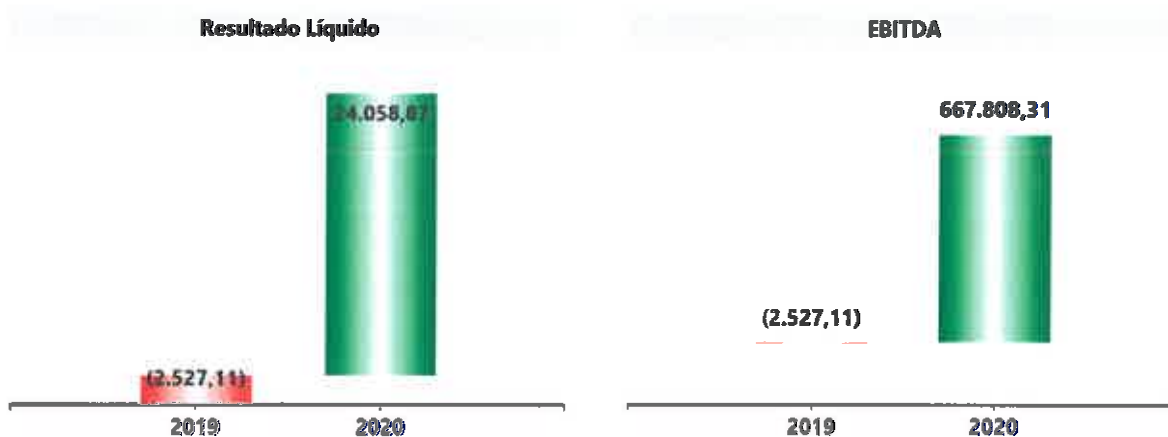


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da sociedade:

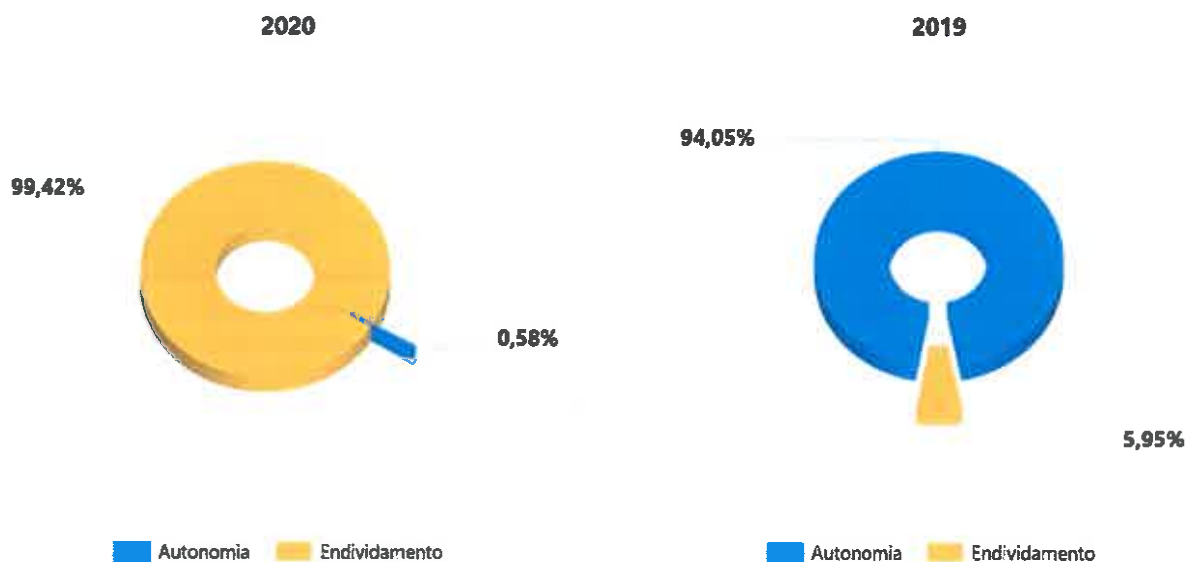
Estrutura de Gastos



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a sociedade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da sociedade apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



RUBRICAS	PERIODOS	
	2020	2019
Autonomia	0,58%	94,05%
Solvabilidade	0,58%	1579,99%
Liquidez Geral	45,33%	1679,99%

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da sociedade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2020		2019	
Ativo não corrente	8.056.514,05	65 %	0,00	0 %
Ativo corrente	4.334.095,09	35 %	50.477,52	100 %
Total ativo	12.390.609,14		50.477,52	

RUBRICAS	2020		2019	
Capital Próprio	71.531,76	1 %	47.472,89	94 %
Passivo não corrente	5.342.419,17	22 %	0,00	0 %
Passivo corrente	6.976.658,21	77 %	3.004,63	6 %
Total Capital Próprio e Passivo	12.390.609,14		50.477,52	

4.1 - Questões relativas aos trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

O número médio, refere-se aos trabalhadores a partir de dia 1 de agosto de 2020, sendo que até essa data, a empresa não tinha qualquer colaborador.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

RUBRICAS	PERIODOS
	2020
Gastos com Pessoal	2.140.105,23
Nº Médio de Pessoas	283
Gasto Médio por Pessoa	7.562,21

4.2 - Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos em ativos fixos tangíveis no montante de 8.542.386 euros, referentes a ativos adquiridos à Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo (8.030.217 euros), e aquisições em primeira mão (512.169 euros).

Foram adquiridos também ativos intangíveis no montante de 89.353 euros, referentes a projetos de desenvolvimento (19.934 euros), programas de computador (53.930 euros) e outros ativos intangíveis (21.489 euros).

4.3 - Investigação & Desenvolvimento

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.

5 - Principais Riscos e Incertezas

A sociedade apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

A sociedade gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a sociedade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

6 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

7 - Perspetivas para o Próximo Exercício

O surto pandémico provocado pela Covid-19, veio acrescentar dificuldades em perspetivar a evolução futura de curto prazo da economia. O primeiro trimestre continua marcado pelas restrições impostas, com a aplicação de medidas extraordinárias e de carácter urgente de restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e a restrições da atividade económicas, não sendo possível neste momento quantificar o impacto desta situação no desenrolar da atividade da Entidade.

Contudo, a Entidade tem como perspetivas futuras a manutenção dos postos de trabalho, bem como os seus clientes, estando orçamentado um volume de negócios 12.575 mil euros e um EBITDA de 4.073 mil euros.

8 - Considerações Finais

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a sociedade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a administração e os sócios, nos termos do artº 397º do Código das Sociedades Comerciais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A sociedade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela sociedade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

9 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de 24.058,87 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

ANO	2020
Reservas Legais	2.153,18
Resultados Transitados	21.905,69

10 - Agradecimentos

A Administração não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

11 - Anexo ao Relatório de Gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Conselho de Administração

Entidade: Município da Chamusca
Representante: Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado
Cargo: Presidente

Entidade: Município de Torres Novas
Representante: Elvira Maria Machado Cruz Sequeira
Cargo: Vogal

Entidade: Município de Ferreira do Zêzere
Representante: Paulo Jorge Alcobia das Neves
Cargo: Vogal

Fiscal Único:

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085

Carregueira, 25 de fevereiro de 2021



Balanço

2

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	7.936.875,51	
Ativos intangíveis	6	67.756,30	
Outros investimentos financeiros		51.882,24	
		8.056.514,05	
Ativo corrente			
Inventários	9	15.377,50	
Clientes	12	3.392.822,18	
Estado e outros entes públicos	11	143.675,05	477,52
Outros créditos a receber		443.071,10	
Diferimentos	12	94.203,67	
Ativos financeiros detidos para negociação		24.000,00	
Caixa e depósitos bancários	4	220.945,59	50.000,00
		4.334.095,09	50.477,52
Total do ativo		12.390.609,14	50.477,52
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		50.000,00	50.000,00
Resultados transitados	12	(2.527,11)	
Resultado líquido do período		24.058,87	(2.527,11)
Total do capital próprio		71.531,76	47.472,89
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	2.757.419,17	
Outras dívidas a pagar		2.585.000,00	
		5.342.419,17	
Passivo corrente			
Fornecedores		2.730.646,54	
Estado e outros entes públicos	11	537.727,99	
Financiamentos obtidos	8	1.985.386,96	
Outras dívidas a pagar		1.722.896,72	3.004,63
		6.976.658,21	3.004,63
Total do passivo		12.319.077,38	3.004,63
Total do capital próprio e do passivo		12.390.609,14	50.477,52

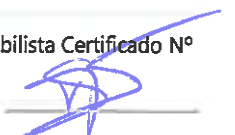


Demonstração de Resultados por Naturezas

3

**Demonstração dos Resultados por Naturezas do
período findo em 31-12-2020
(montantes em euros)**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	4.854.646,19	
Subsídios à exploração		35.000,00	
Varição nos inventários da produção	9	7.954,90	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(30.657,32)	
Fornecimentos e serviços externos	15	(1.804.344,46)	(2.527,11)
Gastos com o pessoal	5;13	(2.140.105,23)	
Aumentos/reduções de justo valor		911,29	
Outros rendimentos	10	84.336,77	
Outros gastos	15	(339.933,83)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		667.808,31	(2.527,11)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(624.272,87)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		43.535,44	(2.527,11)
Juros e gastos similares suportados	8	(11.523,90)	
Resultado antes de impostos		32.011,54	(2.527,11)
Imposto sobre o rendimento do período	11	(7.952,67)	
Resultado líquido do período		24.058,87	(2.527,11)






Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31-12-2020
(montantes em euros)**

RUBRICAS	PERÍODO	
	2020	2019
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de clientes	5.517.897,91	
Pagamentos a fornecedores	2.617.696,84	
Pagamentos ao pessoal	1.834.338,44	
Caixa gerada pelas operações	1.065.862,63	
Outros recebimentos/pagamentos	(452.764,22)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	613.098,41	
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	355.637,00	
<i>Ativos intangíveis</i>	3.757,47	
Recebimentos provenientes de:		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(359.394,47)	
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		50.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	47.234,45	
<i>Juros e gastos similares</i>	11.523,90	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(58.758,35)	50.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	194.945,59	50.000,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	50.000,00	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	244.945,59	50.000,00





Demonstração das Alterações no Capital Próprio

5

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31-12-2020
(montantes em euros)

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Subscrito	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	50.000,00									(2.527,11)	47.472,89		47.472,89
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(2.527,11)			2.527,11			
7								(2.527,11)			2.527,11			
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										24.058,87	24.058,87		24.058,87
	RESULTADO INTEGRAL										24.058,87	24.058,87		24.058,87
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
10														
	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	50.000,00						(2.527,11)			24.058,87	71.531,76		71.531,76

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31-12-2020
(montantes em euros)

DESCRICÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transítados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1													
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								2.527,11				2.527,11		2.527,11
2								2.527,11				2.527,11		2.527,11
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										(2.527,11)	(2.527,11)		(2.527,11)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital		50.000,00										50.000,00		50.000,00
Distribuições								(2.527,11)				(2.527,11)		(2.527,11)
5								(2.527,11)				47.472,89		47.472,89
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+5										(2.527,11)	47.472,89		47.472,89



Anexo

6

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A

Sede social: Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão

Natureza da atividade: Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

O capital atual da sociedade ascende a 50.000,00 euros.

A empresa encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Chamusca sob o número 515332607.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Empresa ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2020.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

A RSTJ embora constituída em 27 de março de 2019, as demonstrações financeiras não são comparáveis, pelo facto da atividade respeitar ao período de agosto a dezembro de 2020, por força da cessão do estabelecimento e património da Resitejo, datada de 31 de julho de 2020.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da empresa, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A empresa optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê que venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

A empresa encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro.

A empresa apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

O risco de crédito na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua atividade, sendo que a empresa tem adotado a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil do cliente e da própria natureza da atividade, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco. Outra das atitudes tomadas prende-se com uma regular monitorização das contas de clientes, bem como o recurso atempado às vias legalmente necessárias para recuperação de créditos.

A empresa gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4 - Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		420.579,31	420.579,31	
Depósitos à ordem	50.000,00	8.182.795,52	8.011.849,93	220.945,59
Outros depósitos bancários				
Total	50.000,00	8.603.374,83	8.432.429,24	220.945,59

4.2. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

5 - Partes relacionadas

5.1. Identificação das partes relacionadas

5.1.1. Identificar se existem participações entre entidades

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., é uma entidade constituída por 10 municípios (Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha).

5.1.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos sociais.

6 - Ativos Intangíveis

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
<i>Valor bruto total no fim do período</i>		13.933,97	51.095,57		21.488,66			86.518,20
<i>Amortizações acumuladas totais no fim do período</i>		2.610,40	12.055,18		4.096,32			18.761,90
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Saldo no início do período								
Varições do período		11.323,57	39.040,39		17.392,34			67.756,30
Aquisições em primeira mão			3.757,47					3.757,47
Outros aumentos		13.933,97	47.338,10		21.488,66			82.760,73
Total de aumentos		13.933,97	51.095,57		21.488,66			86.518,20
Amortizações do período		2.610,40	12.055,18		4.096,32			18.761,90
Total diminuições		2.610,40	12.055,18		4.096,32			18.761,90
Saldo no final do período		11.323,57	39.040,39		17.392,34			67.756,30

Em 2019, não existiam quaisquer ativos intangíveis.

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
<i>Valor bruto total no fim do período</i>								
<i>Amortizações acumuladas totais no fim do período</i>								
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Saldo no início do período								
Varições do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na nota 3.2.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Saldo no início do período										
Variações do período	375.090,31	5.205.213,97	1.231.396,55	653.086,02	29.167,12		147.080,66	295.840,88		7.936.875,51
Total de aumentos	375.090,31	5.428.990,33	1.400.259,22	779.600,33	35.934,48		226.670,93	295.840,88		8.542.386,48
Aquisições em primeira mão			88.252,00	185.300,00	2.070,00		80.015,00	156.532,35		512.169,35
Outros aumentos	375.090,31	5.428.990,33	1.312.007,22	594.300,33	33.864,48		146.655,93	139.308,53		8.030.217,13
Total diminuições		223.776,36	168.862,67	126.514,31	6.767,36		79.590,27			605.510,97
Depreciações do período		223.776,36	168.862,67	126.514,31	6.767,36		79.590,27			605.510,97
Saldo no fim do período	375.090,31	5.205.213,97	1.231.396,55	653.086,02	29.167,12		147.080,66	295.840,88		7.936.875,51
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>375.090,31</i>	<i>5.428.990,33</i>	<i>1.400.259,22</i>	<i>779.600,33</i>	<i>35.934,48</i>		<i>226.670,93</i>	<i>295.840,88</i>		<i>8.542.386,48</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>		<i>223.776,36</i>	<i>168.862,67</i>	<i>126.514,31</i>	<i>6.767,36</i>		<i>79.590,27</i>			<i>605.510,97</i>

Em 2019, a entidade não possuía quaisquer ativos fixos tangíveis.

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Saldo no início do período										
Variações do período										
Total de aumentos										
Total diminuições										
Saldo no fim do período										
<i>Valor bruto no fim do período</i>										
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>										

8 - Custos de empréstimos obtidos

8.1. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2020 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 11.523,90 euros.

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Despêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		2.757.419,17	1.985.386,96						
Instituições de crédito e sociedades financeiras		2.688.215,17	708.272,25						
Outros financiadores		69.204,00	1.277.114,71						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		2.757.419,17	1.985.386,96						

8.2. Outras divulgações

Descrição	Valor Período
Juros e rendimentos similares obtidos	
Juros e gastos similares suportados	11.523,90
Juros de financiamentos suportados	11.523,90
<i>Outros juros de financiamentos obtidos</i>	<i>11.523,90</i>

9 - Inventários

9.1. Políticas contábilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

O método do custeio usado é o da fórmula do custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

9.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais						
Compras		30.657,32	30.657,32			
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		30.657,32	30.657,32			
OUTRAS INFORMAÇÕES						

9.3. Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Prod. Acabados e Intern.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Intern. Per. Anterior	Subprod. desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais	15.377,50			15.377,50				
Reclassificação e regularização de inventários	7.422,60			7.422,60				
Inventários iniciais								
Variação da produção	7.954,90			7.954,90				
OUTRAS INFORMAÇÕES								

10 - Rédito

10.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transa es que envolvem a presta o de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e presta o de serviços, líquido de impostos e descontos, e   reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes   posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e   reconhecido com referência   sua execu o relativamente aos serviços prestados.

10.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descri�o	Valor Período
Vendas de bens	1.376.626,43
Presta�o de serviços	3.478.019,76
Outros réditos	84.336,77
Total	4.938.982,96

10.3. Outros Rendimentos

RUBRICAS	PERIODOS
	2020
Outros rendimentos	84.336,77
Rendimentos suplementares	38.294,69
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	28.835,00
Imputa�o de subsídios para investimentos	16.265,59
Outros	941,49

11 - Impostos e contribuições

11.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada (s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	32.011,54	(2.527,11)
Imposto corrente	7.952,67	
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	7.952,67	
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto	24,84	

11.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		7.952,67		
IRC a receber / pagar		7.952,67		
Retenção de impostos sobre rendimentos	2.003,83	50.494,50		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	141.671,22		477,52	
Contribuições para a Segurança Social		143.256,02		
Tributos das autarquias locais		30,42		
Outras tributações		335.994,38		
Total	143.675,05	537.727,99	477,52	

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. A Administração da Empresa entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

12 - Instrumentos financeiros

12.1. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Os instrumentos financeiros detidos pela Empresa encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			3.859.893,28		
Clientes			3.392.822,18		
Outras contas a receber			443.071,10		
Ativos financeiros detidos para negociação			24.000,00		
Passivos financeiros:			11.781.349,39		
Fornecedores			2.730.646,54		
Financiamentos obtidos			4.742.806,13		
Outras contas a pagar			4.307.896,72		
Ganhos e perdas líquidos:			(9.445,30)		
De ativos financeiros			911,29		
De passivos financeiros			(10.356,59)		
Rendimentos e gastos de juros:			(11.523,90)		
De passivos financeiros			(11.523,90)		

12.2. Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	50.000,00			50.000,00
Resultados transitados			(2.527,11)	(2.527,11)
Total	50.000,00		(2.527,11)	47.472,89

13 - Benefícios dos empregados

13.1. Número de empregados e gastos de pessoal

13.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A 31 de dezembro de 2020 o número médio de colaboradores ao serviço da empresa foi de 283.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Descrição	Valor Período
Gastos com o pessoal	2.140.105,23
Remunerações do pessoal	1.569.503,35
Encargos sobre as remunerações	352.956,79
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	110.277,16
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	107.367,93

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais
14.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE	Total
Vendas	1.376.626,43	1.376.626,43
De produtos acabados, semilacados resíduos e refugos	1.376.626,43	1.376.626,43
Prestações de serviços	3.478.019,76	3.478.019,76
Compras	30.657,32	30.657,32
Fornecimentos e serviços externos	1.804.344,46	1.804.344,46
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	30.657,32	30.657,32
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	30.657,32	30.657,32
Variação nos inventários de produção	7.954,90	7.954,90
Gastos com o pessoal	2.140.105,23	2.140.105,23
Remunerações	1.569.503,35	1.569.503,35
Outros gastos	570.601,88	570.601,88
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	7.936.875,51	7.936.875,51
Total das aquisições	512.169,35	512.169,35
Adições no período de ativos em curso	156.532,35	156.532,35
Propriedades de investimento		

14.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	1.376.626,43			1.376.626,43
Prestações de serviços	3.478.019,76			3.478.019,76
Compras	30.657,32			30.657,32
Fornecimentos e serviços externos	1.804.344,46			1.804.344,46
Aquisições de ativos fixos tangíveis	8.542.386,48			8.542.386,48
Aquisições de ativos intangíveis	86.518,20			86.518,20
Rendimentos suplementares:	38.294,69			38.294,69
Aluguer de equipamento	3.000,00			3.000,00
Outros rendimentos suplementares	35.294,69			35.294,69

15 - Outras informações

15.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	161.482,58	
Serviços especializados	762.548,21	
Trabalhos especializados	87.811,37	
Publicidade e propaganda	46.740,74	
Vigilância e segurança	34.290,00	
Honorários	47.190,00	
Conservação e reparação	515.097,36	
Outros	31.418,74	
Materiais	61.439,23	138,25
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	58.064,03	
Livros e documentação técnica	14,91	
Material de escritório	3.360,29	138,25
Energia e fluidos	572.215,48	
Eletricidade	172.733,38	
Combustíveis	388.220,63	
Água	5.562,33	
Outros	5.699,14	
Deslocações, estadas e transportes	26.100,35	
Deslocações e estadas	4.216,91	
Transportes de mercadorias	21.883,44	
Serviços diversos	220.558,61	2.388,86
Rendas e alugueres	116.463,79	
Comunicação	10.201,07	3,45
Seguros	50.199,45	
Contencioso e notariado	12.603,76	2.385,41
Limpeza, higiene e conforto	31.090,54	
Total	1.804.344,46	2.527,11

15.2. Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de 24.058,87 euros, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

Reservas Legais 2.153,18 euros
Resultados Transitados 21.905,69 euros



15.3. Outros Gastos

RUBRICAS	PERIODOS
	2020
Outros gastos	339.933,83
Impostos	298.999,27
Donativos	2.230,00
Quotizações	250,00
Outros	28.097,97
Outros Gastos de Financiamentos	10.356,59

15.4. Procedimentos e práticas contabilísticas de registo dos subsídios ao investimento – Projetos Resitejo

Na determinação do justo valor dos ativos fixos tangíveis, não foram considerados os subsídios ao investimento, dado que na avaliação patrimonial realizada, os avaliadores independentes, na determinação do valor do uso dos bens móveis tomaram em consideração o seguinte: (i) valor indicativo dos capitais próprios da Resitejo; e (ii) avaliação efetuada por perito independente relativamente ao justo valor dos bens imóveis. Ou seja, não existe sustentação metodológica para a inclusão dos subsídios ao investimento na avaliação pelo valor de uso do ativo fixo tangível, para efeito de dar cumprimento ao regime dos preços de transferência, nomeadamente, ao disposto na alínea b), do nº 3, do artigo 63º do Código de IRC, no âmbito da transferência da atividade.

O procedimento descrito vai de encontro ao estabelecido na International Accounting Standard (IAS) 20 - Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance, a qual prevê a possibilidade dos subsídios ao investimento, serem contabilizados como dedução ao valor do ativo que se destinam a subsidiar ou como rendimento diferido.

Enquanto na Resitejo, conforme divulgação no anexo às demonstrações financeiras, os procedimentos e práticas de reconhecimento dos subsídios e da respetiva contabilização eram os seguintes: “Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos. Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer. Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciables ou não amortizáveis.”

Esses procedimentos decorrem da aplicação da NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, nomeadamente o disposto nos parágrafos 22 a 24.

Assim, entendemos divulgar, no quadro seguinte, a informação financeira dos subsídios ao investimento por reconhecer, desde a data de transferência dos ativos pela Resitejo, como se tal operação não tivesse ocorrido.

16 - Acontecimentos após a data de balanço

16.1. Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.
Os acionistas da empresa detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Ativo	Valor aquisição	Depreciações acumuladas até 31-07-2020	Depreciações de agosto a dezembro de 2020	Subsídio a reconhecer em 31-07-2020	Rendimento a ser reconhecido de agosto a dezembro 2020	Subsídio a reconhecer
Edifícios e outras construções	5.639.632,39	2.530.509,50	165.781,76	2.507.419,28	121.523,03	2.385.896,25
Equipamento básico	15.294.612,50	11.510.856,77	810.954,96	3.077.261,44	738.549,71	2.338.711,73
Equipamento transporte	1.025.801,08	468.451,21	85.507,87	323.669,74	72.851,28	250.818,46
Ativos intangíveis	144.558,25	100.465,40	20.072,94	21.900,04	6.607,24	15.292,80
Totais	22.104.604,22	14.610.282,88	1.082.317,53	5.930.250,50	939.531,26	4.990.719,24



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 12.390.609 euros e um total de capital próprio de 71.532 euros, incluindo um resultado líquido de 24.059 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade não constituiu provisões ambientais, relacionadas com a monitorização ambiental e encerramento das células de deposição de resíduos, pelo facto não existirem elementos que possibilitem a sua mensuração.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

1/3



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

B



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:


Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.
Chamusca

Em cumprimento do disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No desempenho das funções de Fiscal Único acompanhámos a atividade da vossa Empresa através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Administração quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiámos a observância das disposições legais, efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Administração, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Sociedade.

Elaborámos o Relatório de auditoria e a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efetuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Administração deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Administração devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração deve ser aprovada.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:


Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085